

PF vê abuso em campanha contra PL das Fake News

Investigadores apontam 'estratégias questionáveis' de Google e Telegram para desinformar consumidores

MARIANA MUNIZ
mariamuniz@globo.com.br

A Polícia Federal (PF) concluiu que as empresas de tecnologia Google e Telegram praticaram abuso de poder econômico e violação ao direito do consumidor ao lançarem, em maio de 2023, uma campanha contra a aprovação do projeto de lei que regulamenta as plataformas digitais, conhecido como PL das Fake News. As companhias negam qualquer irregularidade.

Apesar da investigação, a PF analisou textos divulgados pelas empresas de tecnologia e colheu depoimentos dos representantes das big techs. Os investigadores também examinaram um estudo do NetLab, laboratório vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O parecer da PF foi encaminhado ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal.

O estudo examinado pela PF citou evidências de que o Google apresentou "resultados de busca enviesados" para usuários que pesquisaram termos relacionados ao projeto de lei,

direcionando, por exemplo, para páginas que tratavam o tema como "PL da censura". Os pesquisadores fizeram um teste e identificaram que um texto publicado pelo blog da própria plataforma, afirmando que a iniciativa era censura, aparecia como primeiro resultado em uma busca simulando um usuário sem histórico de uso do Google.

A mesma pesquisa identificou que esses anúncios foram privilegiados não receberam uma marcação de que se tratavam de temas políticos e sociais, o que, na ocasião, ocultou informações de transparência que a plataforma costuma disponibilizar, como os gastos com impulsionamento. De acordo com o relatório, o Google se aproveitou da posição de líder de mercado para influenciar negativamente a percepção sobre a proposta, "em prol de seus interesses comerciais".

A pesquisa, segundo a PF, "expôs o uso de artifícios por essas corporações em uma campanha caracterizada por desinformação e manipulação". Ainda de acordo com o



Plataformas. Parlamentares em sessão na Câmara: proposta de regulação para big techs gerou reação das empresas

OFENSIVA CONTRA PROJETO



levantamento analisado pelos investigadores, a atuação das big techs, "baseada em sua posição dominante no mercado, visava resguardar seus

interesses econômicos, deixando anzuzantes e consumidores vulneráveis".

Em maio de 2023, as empresas publicaram mensa-

gens dirigidas a seus usuários criticando o conteúdo do projeto de lei, em transição na Câmara. Na ocasião, a proposta seria votada, mas acabou sendo retirada de pauta sob pressão das plataformas.

"O Brasil está prestes a aprovar uma lei que irá acabar com a liberdade de expressão. O PL 2630/2020 dá ao governo poderes de censura sem supervisão judicial prévia", dizia o texto divulgado pelo Telegram, que citou que, "para os direitos humanos fundamentais", o projeto de lei configuraria "uma das legislações mais perigosas já consideradas no Brasil". Na sequência, o conteúdo estimulava os internautas a cobrarem os deputados a respeito do tema.

Já o Google incluiu em sua página inicial uma mensagem contra o projeto de lei, com um alerta de que a proposta iria "aumentar a confusão en-

tre o que é verdade e mentira no Brasil". A empresa também exibiu um texto dizendo que uma das consequências da aprovação seria "proteger quem produz desinformação, resultando na criação de mais desinformação".

DISTORÇÃO

Segundo os investigadores, "é observável que as grandes empresas de tecnologia, nomeadamente Google Brasil e Telegram Brasil, adotaram estratégias impactantes e questionáveis contrárias à aprovação do projeto".

Para a PF, a distorção do debate sobre a regulação, a tentativa de influenciar os usuários a coagirem os parlamentares e a sobrecarga nos serviços de tecnologia da Câmara "evidenciam o impacto negativo" dessas práticas nas atividades legislativas. "O intento das empresas, aproveitando-se de suas posições privilegiadas, é incutir nos consumidores a falsa ideia de que o projeto de lei é prejudicial ao Brasil, um ato que pode estar em desconformidade com os valores consagrados na Constituição de 1988", ressalta a PF.

O inquérito foi aberto por Moraes após pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR). A notícia-crime contra os representantes das empresas foi apresentada pela Câmara.

A PF, o Google afirmou que "nunca conduziu uma campanha difamatória" contra o projeto e que não se opõe à criação de legislações destinadas a regulamentar os serviços oferecidos pelos provedores de aplicações de internet. Já o Telegram afirmou que ocorreu a "publicação de um texto meramente opinativo, buscando esclarecer pontos que percebia como controversos".

Hang é multado em R\$ 85 milhões por assédio eleitoral

Decisão aponta que empregados da Havan foram pressionados a votar em Bolsonaro em 2018; ainda cabe recurso

FERNANDA ALVES
fernanda.alves@globo.com.br

O empresário Luciano Hang, aliado de Jair Bolsonaro, e as lojas Havan, rede da qual é dono, foram condenados na Justiça do Trabalho a pagar mais de R\$ 85 milhões, em danos morais, por intimar empregados a votar no ex-presidente nas eleições de 2018. A decisão é do juiz Carlos Alberto Pereira de Castro, da 7ª Vara do Trabalho de Florianópolis, e ainda cabe recurso.

O processo está sob sigilo de Justiça. A decisão foi divulgada ontem pelo UOL e confirmada pelo GLOBO. A ação civil pública foi movida pelo Ministério Público do

Trabalho (MPT), e aponta que Hang teria feito campanhas em prol de Bolsonaro, e obrigaria os colaboradores a participarem de "atos civis" da Havan.

A sentença destaca que há indícios de que, às vésperas das eleições daquele ano, Hang teria realizado pesquisas eleitorais entre seus colaboradores, nas quais constataria que 30% deles votariam em branco ou nulo. Ainda de acordo com a Justiça, em discurso gravado, direcionado a funcionários, o empresário declarou que, dependendo do resultado presidencial, poderia demitir 15 mil pessoas.

"Você está preparado para sair da Havan? Você está preparado para ganhar a conta da



Campanha. Luciano Hang, em cerimônia: Justiça vê intimação na Havan

Havan? Você que sonha em ser líder, gerente, e crescer com a Havan, você já imaginou que tudo isso pode acabar no dia 7 de outubro? E que a

Havan pode um dia fechar as portas e demitir os 15 mil colaboradores?", questionou Hang, segundo a decisão.

Procurada, a assessoria do

empresário classificou a decisão proferida pela Justiça como "descabida e ideológica". Ainda segundo a assessoria de Hang, à época dos acontecimentos, perícias determinadas pela Justiça do Trabalho não comprovaram as acusações.

"O juiz deveria seguir as provas, o que não fez, seguiu a sua própria ideologia. Mais uma vez o empresário sendo colocado como bandido", afirma. Ainda de acordo com Hang, a denúncia não partiu dos funcionários, mas "de agentes públicos com militância política e sindicatos". "Estamos tranquilos e vamos recorrer da decisão, afinal, nada foi feito de errado e isso já havia sido com-

provado lá atrás. Ainda acreditamos na Justiça brasileira", concluiu na nota.

DECISÕES ANTERIORES

Ainda durante o processo eleitoral de 2018, o desembargador Gilmar Cavalieri, do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT-SC), manteve decisão de primeira instância que proibiu a rede de lojas Havan e seu proprietário, Luciano Hang, de influenciarem o voto de seus empregados no pleito.

A Justiça também chegou a determinar que a empresa afixasse uma cópia integral da decisão no mural de avisos dos funcionários em cada uma das lojas da rede e proibiu pesquisas de intenção de votos entre os colaboradores. A mesma decisão proibiu manifestações a favor ou contra qualquer candidato na tentativa de pressionar ou coagir os trabalhadores a seguirem a preferência do empregador.

Valdemar diz que PL vai disputar sucessão de Lira na Câmara

Presidente da legenda de Bolsonaro sinaliza apoio a Alcolumbre no Senado

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, reforçou ontem que partido não pretende disputar a sucessão de Arthur Lira (PP-AL) na Presidência da Câmara em 2025. O cacique do partido de Jair Bolsonaro disse ainda que há possibilidade de legenda apoiar o nome de

Davi Alcolumbre (União) na eleição do Senado.

— Nós vamos lançar candidato na Câmara, a banca da quer. O nosso líder nomeou o príncipe Luiz Philippe de Orleans e Bragança (SP) para coordenar e ver a maneira que vamos escolher um candidato —disse

Valdemar, em entrevista à GloboNews. — Vamos ter de qualquer jeito, e não é contra o (Arthur) Lira porque ele não é candidato mais. Vamos ter três ou quatro candidatos fortes.

A entrada do PL na disputa, porém, é vista por parte dos parlamentares da legen-

da como improvável. A avaliação é que a empreitada tem poucas chances de chegar ao final e serviria como ferramenta para fortalecer uma eventual composição com outra candidatura.

O PL tem hoje 95 deputados e elegeu a maior banca-

da Casa em 2022. Uma eventual candidatura do partido para o posto deve enfrentar nomes de legi-

slados do Centro que hoje est-

ão na base do governo do presidente Luiz Inácio Lu-

la da Silva (PT).

Os principais pré-candi-

datos para o comando da Casa hoje são Elmar Nasci-

mento (União-BA), apontado como nome apoiado por Lira, e Marcos Pereira (Republicanos-SP). Também tentam se viabilizar Antonio Brito (PSD-BA) e Isnaldo Bulhões (MDB-AL). Os nomes do PSD e do MDB são mais alinhados ao governo, mas ainda há dúvidas se seriam candida-

tos competitivos caso não tenham o apoio do atual presidente da Câmara.

CASA VIZINHA

No caso da sucessão para o comando do Senado, Valdemar afirmou que as negociações estão sob responsabili-

dade do senador Rogério Marinho (RN) e mostrou predileção pelo nome de Alcolumbre, que comandou a Casa antes do atual presidente, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

— O Rogério Marinho está tentando fazer um entendimento para colocar umas propostas que nós queremos defender e, se tiver o acordo, ele vai fazer. Precisa ver com quem, mas hoje quem reúne as melhores condições lá é o Davi Alcolumbre. Agora precisa ver se ele vai apoiar as propostas que Rogério tem —avaliou o presidente do PL.